

Realizada a pesquisa interna no fórum da comarca de Itapuranga-Go, mas precisamente no Juizado especial cível e criminal, juntamente com a Secretaria do Juizado, podemos constatar que no ano de 2018, houve um total de 36 (trinta e seis) transações no âmbito penal, visto que com a pesquisa me foi esclarecido que em tal ano ficaram bastante tempo sem promotor na comarca, o que revela o baixo numero de transações, pois sem o promotor não era possível realizar as audiências. Para chegar no resultado da pesquisa, com a autorização da secretaria do Juizado, tive que olhar as caixas de atas de audiências da comarca do ano de 2018. Onde cheguei no resultado de que entre as 36 transações realizadas no ano, foram divididas de tal forma:

- 22 transações foram da seguinte forma: visto que o (s) autor (es) do fato possuíam bons antecedentes, deveria o mesmo depositar o valor estipulado (que eram valores diferentes em cada transação) na boca do caixa em conta específica em razão da resolução n. 154 de 2012 do Conselho Nacional de Justiça , e os comprovantes de depósito eram entregues no Juizado da Comarca.

- E as outras 14 transações forma da seguinte forma:

3 delas, foram prestação de serviços a comunidade, os autores carregaram aos autos a frequência mensal do cumprimento da obrigação e os comprovantes entregues no juizado, outas;

3 foram doações a comunidade terapêutica bom pastor colchões e o comprovante entregue no juizado;

outras 3 duas transações foram de frequência integral de curso de orientação acerca dos malefícios das drogas semanalmente no forum local;

1 delas foi doação ao lar sao vicente de paulo a quantia de 1000 reais , em gêneros necessario a manutença da instituição no prazo de 60 dias, e os comprovantes de entrega dos materiais eram entregues no juizado;

mas 1 das transações foi doação a companhia de policial especializado - cpe de 2 pneus , e o comprovante entregue no juizado;

mas 1 transação foi doação a casa do idoso de 60 quilos de sabão em pó;

e mas 1 das transações foi pagamento de dinheiro para a vítima , em conta bancária de sua titularidade e por fim;

e a ultima, 1 foi pagamento em dinheiro na conta de titularidade do conselho da comunidade.

Com a pesquisa realizada em tal órgão, consegui ter acesso também ao edital que dita as regras para os projetos das instituições, com o intuito de arrecadar as verbas para as referidas instituições, de acordo com a resolução 154/2012 CNJ, que segue em anexo.